



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROCESSO 80.330**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 1.037, do Vereador RAFAEL TURRINI PURGATO, que altera o Estatuto dos Funcionários Públicos, para prever o direito do servidor se ausentar do serviço para comparecer em reuniões escolares.

**PARECER**

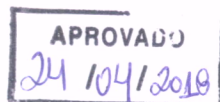
Embora seja constitucionalmente pertinente quanto à competência (que é municipal, porque versa questão de interesse local), a matéria objeto destes autos recai na ilegalidade quanto à iniciativa (que neste caso não é concorrente mas reservada privativamente ao prefeito).

Este é também o sentido do pronunciamento exarado pela Procuradoria Jurídica, que, apontando para a Constituição do Brasil, para a Constituição de São Paulo e para a Lei Orgânica de Jundiaí, conclui:

“Desta forma, incorpora o projeto de lei complementar vícios de ilegalidade, em face de consubstanciar ingerência “ratione materiae” (em razão da matéria), e de inconstitucionalidade, esta última decorrente da inobservância do princípio que apregoa a independência e a harmonia entre os Poderes (...).”

Daí porque, respeitada a alçada jurídica que o Regimento Interno reserva aos trabalhos desta Comissão, este relator assume voto contrário.

Sala das Comissões, 17-04-2018.



  
Eng. MARCELO GASTALDO  
Presidente e Relator

  
ADRIANO SANTANA DOS SANTOS  
Dika Xique-Xique

  
EDICARLOS VIEIRA  
Edicarlos Vêtor Oeste

  
PAULO SERGIO MARTINS  
Paulo Sergio – Delegado

  
ROGÉRIO RICARDO DA SILVA

Ass: \_\_\_\_\_  
Nome:   
Em 25/04/2018